MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARÁ

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009

MARÇO/2010

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARÁ

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

Belém(PA), 31/03/2010

LISTA DE AREVIAÇÕES E SIGLAS

DLOG – Diretoria de Administração e Logística Policial

DPF – Departamento de Polícia Federal

IN – Instrução Normativa

IPL – Inquérito Policial

LOA – Lei Orçamentária Anual

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PIB – Produto Interno Bruto

Port. – Portaria

PPA – Plano Plurianual

SR – Superintendência Regional

RG – Relatório de Gestão

SELOG - Setor de Administração e Logística Policial

SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos

SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

TCU – Tribunal de Contas da União

UG – Unidade Gestora

UO – Unidade Orçamentária

LISTA DE QUADROS,TABELAS, RELAÇÕES, ETC.

Título **Página**

Quadro 1 – Identificação da Unidade Jurisdicionada 10

Quadro 2 – Identificação das Unidades Orçamentárias responsáveis pela programação da Unidade 14

Quadro 3 – Dados do Programa 0662 – Prevenção e Repressão à Criminalidade e suas Ações 14

Quadro 4 - Dados Gerais da Ação 2679 15

Quadro 5 - Dados Gerais da Ação 2720 16

Quadro 6 - Dados Gerais da Ação 2726 16

Quadro 7 - Dados Gerais da Ação 4572 18

Quadro 8 - Dados do Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal e suas Ações 18

Quadro 9 - Dados Gerais da Ação 8979 19

Quadro 10 - Dados do Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI 20

Quadro 11 - Dados Gerais da Ação 8375 21

Quadro 12 - Dados do Programa 0750 – Apoio Administrativo 22

Quadro 13 - Dados Gerais da Ação 2000 22

Quadro 14 - Dados Gerais da Ação 2003 24

Quadro 15 - Despesas por Modalidade de Contratação 25

Quadro 16 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa 26

Quadro 17 - Evolução de Gastos Gerais 27

Quadro 18 - Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa 29

Quadro 19 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo 30

Quadro 20 – Execução física e financeira das ações realizadas pela Unidade 32

Quadro 21 - Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação em 31/12/2009 34

Quadro 22 - Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009 34

Quadro 23 - Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2009 36

Quadro 24 – Relação das Recomendações da CGU e suas Providências 37

Quadro 25 - Relatório de cumprimento das deliberações do TCU 38

LISTA DE QUADROS,TABELAS, RELAÇÕES, ETC.

Título **Página**

Quadro 26 - Relatório de cumprimento das deliberações do TCU 38

Quadro 27 - Relatório de cumprimento das deliberações do TCU 39

Quadro 28 - Relatório de cumprimento das deliberações do TCU 39

Quadro 29 - Relatório de cumprimento das deliberações do TCU 40

Quadro 30 – Atos de Admissão, Desligamento, Concessão de Aposentadoria e Pensão Praticados em 2009....41

Sumário

Introdução 8
1 – Informações Gerais de Identificação 10
2 – Objetivos e Metas 11
2.1 – Responsabilidades Institucionais 11
2.1.2 – Objetivos Estratégicos 12
2.2 – Estratégia de Atuação 13
2.3 - Gestão orçamentária e financeira 14
2.3.1 – Programas/Ações 14
2.3.1.1 – Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade 14
2.3.1.1.2 – Ação 2679 - Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos 15
2.3.1.1.4 – Ação 2720 - Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública 16
2.3.1.1.5 – Ação 2726 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União 16
2.3.1.1.6 – Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação 18
2.3.1.2 – Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal 18
2.3.1.2.1 – Ação 8979 - Reforma e Modernização das Unidades do Departamento de Polícia Federal 19
2.3.1.3 – Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI 20
2.3.1.3.1 – Ação 8375 - Campanha de Desarmamento 21
2.3.1.4 – Programa 0750 - Apoio Administrativo 22
2.3.1.4.1 – Ação 2000 - Administração da Unidade 22
2.3.1.4.2 – Ação 2003 - Ações de Informática 24
2.4 – Desempenho Operacional 25
2.4.1 – Evolução das despesas 25
2.4.1.1 - Despesas por Modalidade de Contratação 25
2.4.1.2 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa 26
2.4.1.3 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa 29
2.4.1.4 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo 30
2.4.1.5 - Execução Física e Financeira das ações realizadas pela Unidade 32
2.4.2 – Indicadores de desempenho 33

2.4.3 – Análise do desempenho 33
3 - Recursos Humanos 34
4 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos 35
5 – Informações sobre Restos a Pagar - 2009 36
6 - Transferências de Recursos Mediante Convênio, Acordo, Ajuste, Termo de Parceria ou Outros Instrumentos Congêneres 36
7 – Previdência Complementar Patrocinada 37
8 – Fluxo Financeiro de Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos 37
9 – Renúncia Tributária 37
10 – Operações de Fundo 37
11 – Determinações dos Órgãos de Controle 37
11.1 – Recomendações da CGU 37
11.2 - Determinações e Recomendações do TCU 38
12 – Atos de Admissão, Desligamento, Concessão de Aposentadoria e Pensão Praticados em 2009 41
13 – Declaração da área responsável pelos Contratos e Convênios 42
14 – Outras Considerações 43
15 – Declaração do Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada 44

Introdução

O presente relatório tem por objetivo apresentar a análise do desempenho institucional e da gestão orçamentária e financeira da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de São Paulo no ano de 2009, de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

O conteúdo geral deste Relatório está estruturado de forma sequencial segundo os itens relacionados no Anexo II, DN TCU nº 100/2009, ou seja: informações gerais de identificação, gestão orçamentária, recursos humanos, informações sobre restos a pagar, determinações e recomendações dos órgãos de controle interno e externo e declaração referente ao registro de contratos no sistema SIASG.

Os itens referentes a reconhecimento de passivos, transferências de recursos, previdência complementar, fluxo financeiro de projetos, renúncia tributária, operações de fundos, registro de atos de admissão, desligamentos e aposentadorias não se aplicam à natureza jurídica da Superintendência Regional, não tiveram ocorrências no período ou são executados pelo órgão central, Unidade Orçamentária da UG.

A Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Pará está estruturada em cinco (05) Unidades Operacionais, composta pela Sede da Superintendência e por quatro (04) Unidades Descentralizadas, sendo: Delegacia de Polícia Federal em Altamira, Delegacia de Polícia Federal em Marabá, Delegacia de Polícia Federal em Redenção e Delegacia de Polícia Federal em Santarém.

Na sede, a estrutura da Superintendência Regional é composta de: nove (09) Delegacias Especializadas, quais sejam: Delegacia de Controle de Segurança Privada, Delegacia de Defesa Institucional, Delegacia de Polícia de Imigração, Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários, Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários e Grupo de Repressão a Crimes Financeiros, todos **subordinados à Delegacia Regional Executiva;** Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico, Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Patrimônio, Delegacia de Repressão a Entorpecentes, Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas, **subordinadas à Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado**), de três (03) Núcleos: Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI), Núcleo de Inteligência Policial (NIP) e Núcleo de Identificação (NID), além de (03) Setores: Setor de Recursos Humanos (SRH), Setor Técnico-Científico (SETEC) e Setor de Administração e Logística Policial (SELOG), além do Grupo no Aeroporto Internacional de Belém (Val-de-Cães).

Considerando que o Estado do Pará, em linhas gerais, dentre outras circunstâncias: - ocupa porção estratégica do ponto de vista geográfico, dada a sua extensão territorial, fazendo divisa com os Estados do Maranhão, Tocantins, Mato Grosso, Amapá, Roraima e Amazonas, tendo seu litoral banhado pelo Oceano Altlântico, além das fronteiras com a Guiana e o Suriname. Possui a maior bacia hidrográfica do país, assim como a maior parte de seu território ainda recoberto pela Floresta Amazônica e onde é constantemente verificada a ocorrência de crimes ambientais e tráfico de animais silvestres e de plantas. Assim é que esta Superintendência Regional terminou concentrando seus esforços no combate aos crimes de maior incidência no âmbito de sua circunscrição, quais sejam: o tráfico de drogas, crimes contra o meio ambiente, o contrabando, crime financeiro, sonegação fiscal, fraudes contra a previdência social, corrupção e desvio de recursos federais.

Como resultado dos trabalhos da Polícia Federal, o Inquérito Policial é o seu produto final. Este vale tanto para as ações pró-ativas (operações policiais), quanto para as ações reativas (inquéritos instaurados por portaria).

No ano de 2009, foram indiciadas 690 (seiscentos e noventa) pessoas, instaurados 1.202 (um mil duzentos e dois) Inquéritos Policiais, concluídos 938 (novecentos e trinta e oito), e ficaram em aberto (em andamento) 3.220 (três mil duzentos e vinte) inquéritos.

Considerando que em 2010 será um ano eleitoral, a estratégia de atuação desta Superintendência, tem-se como meta para 2010 priorizar a área de defesa institucional, combate aos crimes eleitorais e aos desvios de dinheiro público. Atendendo determinação do Órgão Central, continuarão sendo priorizadas as operações de combate aos crimes contra o meio ambiente, haja vista que existem duas bases permanentes da Operação Arco de Fogo (uma em Tailândia e outra em Santarém), assim como o combate ao crime de tráfico de entorpecentes.

1 – Informações Gerais de Identificação

Quadro 01 – Identificação da Unidade Jurisdicionada

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça			**Código SIORG**: 316
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora e Agregadora			
Denominação completa: Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Pará			
Denominação abreviada: SR/DPF/PA			
Código SIORG: 001146	**Código LOA:** Não se aplica		**Código SIAFI:** 200386
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública			**Código CNAE:** 8424-8/00
Telefones/Fax de contato:	(091) 3214-8034	(091) 3214-8075	(091) 3214-8034/8075
Endereço eletrônico: gab.srpa@dpf.gov.br			
Página da Internet: não possui			
Endereço Postal: Av. Almirante Barroso, 4466 – Souza – CEP 66613-905 – Belém/PA			
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidada			
Nome	**Situação**	**Código SIORG**	
Não possui	++++++	++++++	
Identificação de Unidade Jurisdicionada Agregada			
Número de Ordem: 01			
Denominação completa: Fundo de Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal – PA			
Denominação abreviada: FUNAPOL – PA			
Código SIORG: 000316	**Código LOA:** Não se aplica		**Código SIAFI:** 200387
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública			**Código CNAE:** 8424-8/00
Telefones/Fax de contato:	(091) 3214-8034	(091) 3214-8075	(091) 3214-8034/8075
Endereço eletrônico: gab.srpa@dpf.gov.br			
Página da Internet: não possui			

Endereço Postal: Av. Almirante Barroso, 4466 – Souza – CEP 66613-905 – Belém/PA
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas
- Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. - Dec. 70.665, de 02/06/72 - DOU. 104, de 05/06/72 - Dec. 77.649, de 19/05/76 - DOU. 097, de 24/05/76 Criada como Delegacia Regional "C", através do regulamento aprovado pelo Dec. 56.510, de 28/06/65, DOU. 138, de 22/07/65. (vide Port. 527/64, BS. 245, de 24/12/64). Transformada em Superintendência Regional pelo Dec. 70.665/72, DOU. 104/72. - **FUNAPOL**: - Lei Complementar 89, de 18.02.1997.
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas
- Decreto nº 6.061, de 15.03.2007. - Portaria nº 3.961/MJ, de 24.11.2009, que aprova o Regimento Interno. - Instrução Normativa nº 13/DG-DPF, de 15.06.2005.
nuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas
IN Nº 11/2009-DG/DPF de 09.11.2009, publicada no BS nº 212 de 09.11.2009 (normatiza a concessão, aplicação e prestação de contas de Suprimentos de Fundos).

2 – Objetivos e Metas

2.1 – Responsabilidades Institucionais

O Departamento de Polícia Federal é um órgão do Ministério da Justiça, que tem suas raízes na Intendência Geral da Polícia da Corte do Estado do Brasil de Dom João VI de 1808, a qual foi posteriormente transformada em Departamento Federal de Segurança Pública, Decreto- Lei 6378/44, tomando a sua atual constituição por meio do Decreto-Lei nº 200/1967, e faz parte, portanto, da administração direta do Governo Federal. A Polícia Federal é representada nos Estados por suas Superintendências, que executam suas próprias receitas, como unidades gestoras, como a Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Pará.

As atribuições da Polícia Federal estão previstas na Constituição Federal, sendo um dos agentes responsáveis pela segurança pública nacional devendo atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público. Mais especificamente a Polícia Federal

deve *"apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União." (art. 144, Parágrafo* §1º, inciso I, Constituição Federal).

Dessa forma, a Polícia Federal apura os crimes contra o meio ambiente, contra a ordem tributária, contra o Sistema Financeiro de Habitação, contra a Previdência Social, contra os serviços postais, contra a organização do trabalho, contra os índios, contra os direitos humanos, os crimes eleitorais, de genocídio, de tráfico ilícito de drogas, dentre outros.

Cabe, ainda, à Polícia Federal às seguintes atribuições: Controle Migratório (Lei nº 6.815/1980 - Estatuto do Estrangeiro), Controle de Armas (Lei nº 10.826/2003 -SINARM); Controle de Empresas de Segurança Privada (Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995); Controle de Precursores Químicos - que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes (Lei nº 10.357/2001); Segurança de Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras (Lei nº 4.483/1964); Identificação Criminal e Civil (Lei nº 4.483/1964); Segurança ao Patrimônio da União coibindo turbação ou esbulho possessório (Lei nº 10.683/2003), Serviço de Estatística Criminal (Código de Processo Penal), Controle de Conflitos Fundiários (Decreto nº 5.834/2004), Representação Externa – INTERPOL (Lei nº 4.483/1964), e de Proteção à Testemunhas (Lei 9.807/1999).

Assim, a Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Pará exerce todas essas atividades, direta ou indiretamente, no âmbito de sua circunscrição.

2.1.2 – Objetivos Estratégicos

No ano de 2009 foram eleitos de forma ampla pela Direção-Geral os seguintes objetivos estratégicos da instituição:

- ✓ Melhoria da Gestão;
- ✓ Combate à Corrupção;
- ✓ Combate ao Narcotráfico;
- ✓ Combate aos crimes contra o Meio-Ambiente;
- ✓ Inserção Internacional.

Ademais, vale dizer, que toda a atuação da instituição se foca no atendimento da MISSÃO da instituição que é "Manter a lei e a ordem para a preservação da segurança pública, no estado democrático de direito, cumprindo as atribuições constitucionais e infraconstitucionais, mediante estratégias, no exercício das funções de polícia administrativa e judiciária."

Isso para atingir a sua VISÃO DE FUTURO que é "Tornar a Polícia Federal uma referência mundial em segurança pública para, no cumprimento de suas atribuições, garantir a manutenção da lei

e da ordem interna e externa, em cooperação com os estados soberanos, como valores fundamentais da dignidade humana."

Tendo como norte as diretrizes da Direção-Geral, bem com a missão e visão de futuro da instituição a Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Pará atuou mais notadamente no combate aos crimes ambientais e ao combate e repressão ao crime organizado.

2.2 – Estratégia de Atuação

Dado que o Estado do Pará, possui diversas Unidades Conservadoras – UC´s, Florestas Nacionais – FLONAS e Reservas Extrativistas – RESEX, e no contexto econômico, de forma geral, ainda apresenta um elevado índice de miserabilidade, sendo reflexo decorrente, a dependência econômica relacionada ao ramo extrativista, notadamente o setor madeireiro, a SR/DPF/PA leva a priorizar e colocar em pauta as ações de combate aos crimes ambientais e para obtenção de melhores resultados, as ações, quase sempre, são desenvolvidas em cooperação com o IBAMA.

Quanto ao aparato tecnológico disponível, na sede, não apresenta dificuldades e embaraços aos cumprimentos das atribuições, entretanto cabe registrar que nas quatro descentralizadas (ALTAMIRA, MARABÁ, REDENÇÃO e SANTARÉM) ainda é grande a influência deste aspecto no processo decisório, pois a falta de rede de banda larga de internet impede de colocar em prática unidades de inteligência policial reservada a crimes ambientais, haja vista que alguns softwares e acessos a sítios de mapeamento e rastreio de queimadas e desmatamentos ficam impossibilitados de serem utilizados sem a internet adequada. Merece registro também, que no decorrer no ano de 2009, a indisponibilidade de telefonia móvel via satélite a fim de facilitar a intercomunicação em operações e incursões em área da selva amazônica, a fim de possibilitar uma maior segurança às equipes de Policiais Federais coma a diminuição do isolamento, uma vez que os mesmos chegam a passar períodos de até duas semanas embrenhados na floresta.

Com o aumento do efetivo policial, as instalações anteriores e atuais não conseguem comportar as novas demandas por espaço físico e, assim como a maioria dos entes públicos, a SR/DPF/PA, tem enfrentado dificuldades no que tange à obtenção de imóveis públicos para funcionamento de suas unidades, tanto na capital e principalmente nos Municípios onde funcionam as DESCENTRALIZADAS, notadamente nos Municípios de Altamira, Redenção, Marabá e Santarém.

Para enfrentar tais problemas, recorre-se à constante locação de imóveis (DELEMIG – sede, Redenção e Santarém), sendo que no caso da Delegacia em Marabá, utiliza-se um imóvel cedido pela CONAB.

No que tange ao apoio técnico-operacional, há deveras impacto nos resultados obtidos, haja vista que estes poderiam ser bem melhores, uma vez que o atual quadro de servidores administrativos é insuficiente para a atual demanda da SR/DPF/PA, sendo que nas descentralizadas de Altamira e Redenção tais servidores são inexistentes e em Marabá e Santarém, os ali lotados, são insuficientes. Para amenizar esta necessidade, recorre-se à recrutamento de servidores da sede e de outras Superintendências, prática recorrente no âmbito do Departamento de Polícia Federal.

A SR/DPF/PA não sofre ingerência política em sua atuação e suas ações decisórias.

2.3 - Gestão orçamentária e financeira

Quadro 2- Identificação das Unidades Orçamentárias responsáveis pela programação da Unidade

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL	30108	200386
FUNDO PARA APARELHAMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES-FIM DA POLÍCIA FEDERAL - FUNAPOL	30909	200387

2.3.1 – Programas/Ações

O Departamento de Polícia Federal tem sob sua responsabilidade, direta em suas atividades finalísticas, no PPA 2008-2011, dois programas de governo: Prevenção e Repressão à Criminalidade e Modernização da Polícia Federal. Esses programas abrangem atividades de fiscalização e controle de empresas de produção, transporte e comércio de precursores químicos, ações de caráter sigiloso na área de Segurança Pública, prevenção e repressão a crimes praticados contra bens, serviços e interesses da União, capacitação de seus servidores.

A Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Pará, também, executou recursos do programa de Modernização da Polícia Federal, na ação referente às adequações e reformas construção de Unidades do DPF, com a adequação e reforma das Delegacias de Polícia Federal nas cidades de Marabá e Redenção, obras executadas durante todo o exercício de 2009 e reforma da Delegacia de Polícia Federal na cidade de Santarém iniciada em 2009, com previsão de conclusão durante o ano de 2010.

O programa de Apoio Administrativo, que representa a maior parte dos recursos administrados pela SR, abrange a administração da unidade e as ações de informática para manutenção das atividades de apoio, considerando a terceirização de serviços de limpeza, vigilância, manutenção predial, recepcionistas, custeio de aluguéis, aquisição de bens permanentes e de material de consumo.

Esta Superintendência, também, executou recursos do programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, do Ministério da Justiça, na ação da Campanha do Desarmamento.

2.3.1.1 – Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade

No âmbito das ações finalísticas voltadas à redução da criminalidade, mediante a repressão ao tráfico de drogas, de armas e à lavagem de dinheiro, das ações de combate à corrupção e ao crime organizado, entre outras, por parte da Polícia Federal, tem-se o Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade.

Quadro 3 - Dados do Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade e suas Ações

Tipo de programa	Finalístico

Objetivo Geral	Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça
Objetivos Específicos	Reduzir a criminalidade, intensificando o combate às organizações criminosas e aos crimes sob a competência da União
Gerente de Programa	Não informado
Responsável pelo Programa no âmbito da UJ	DREX para as Delegacias sob sua responsabilidade DRCOR, idem.
Indicador(es) para avaliação do programa	Prazo de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal
Público-alvo (beneficiários)	Sociedade

Código	Tipo[1]	Descrição da Ação
2679	A	Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos
2720	A	Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública
2726	A	Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União
4572	A	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Fonte: SIGPLAN

PROGRAMA		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Desp. Executada por Insc. em RP Não-Proc
0662	**Prevenção e Repressão à Criminalidade**	**3.459.387,56**	**3.414.071,87**	**3.414.071,87**	**45.315,69**

Fonte: SIAFI GERENCIAL

2.3.1.1.2 – Ação 2679 - Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos

Quadro 4 - Dados Gerais da Ação 2679

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Promover ações de fiscalização e controle do uso de produtos químicos, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópica, não permitindo que sejam utilizados na produção de drogas.
Descrição	Realização de operações rotineiras e/ou emergenciais no sentido de prevenir, combater e debelar o desvio de finalidade na utilização de produtos químicos submetidos a controle, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópicas, como cocaína, heroína, LSD, entre outros. Realizar Controle Administrativo por meio do cadastramento e licenciamento das pessoas jurídicas e físicas com a emissão dos documentos de controle, além da recepção e processamento das informações relacionadas às atividades submetidas a controle no comércio interno e externo, bem como instauração de processos administrativos de infração visando a apuração de infrações previstas na Lei n° 10.357/01 e aplicação de sanções.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Divisão de Controle de Produtos Químicos
Coordenador nacional da ação	José Alberto Maciel Costa
Unidades executoras	200387
Produto (unidade de medida)	Documento Emitido (UNIDADE)

Fonte: SIGPLAN

[1] Tipo de Ação: P – Projeto; A – Atividade; OP – Operação Especial

AÇÃO		Item de Informação			
		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Desp Executada por Insc. em RP Não-Proc
2679	**FISCALIZACAO E CONTROLE DE EMPRESAS DE PRODUCAO, TRANSPORTE E COMERCIO DE PRECURSORES QUIMICOS**	**201.665,17**	**174.699,78**	**174.699,78**	**26.965,39**

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Considerações:

No ano de 2009 foram empenhados R$ 201.665,17, dos quais foram pagos 86,63% do total empenhado, ficando R$ 26.965,39 inscritos em restos a pagar.

2.3.1.1.4 – Ação 2720 - Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública

Quadro 5 - Dados Gerais da Ação 2720

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.
Descrição	Mobilização dos meios necessários e execução de operações policiais visando ao mapeamento, identificação e combate das organizações criminosas e suas ramificações, bem como as operações de correições disciplinares e de combate à corrupção interna.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Ademir Dias Cardoso Júnior
Unidades executoras	200387
Produto (unidade de medida)	Ação realizada (UNIDADE)

Fonte: SIGPLAN

AÇÃO		Item de Informação			
		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Desp Executada por Insc. em RP Não-Proc
2720	**ACOES DE CARATER SIGILOSO NA AREA DE SEGURANCA PUBLICA**	**230.213,64**	**230.213,64**	**230.213,64**	**-----**

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Considerações:

No exercício de 2009 o total da despesa empenhada nesta Ação ficou em R$ 230.213,64, tendo sido pago todo o valor empenhado.

2.3.1.1.5 – Ação 2726 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União

Quadro 6 - Dados Gerais da Ação 2726

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Combater o contrabando e o descaminho, os crimes contra as

	propriedades intelectual e industrial (pirataria), os crimes cometidos por meio da rede mundial de computadores (cibernéticos), o tráfico de seres humanos, a exploração sexual infanto-juvenil e a pedofilia; reprimir o trabalho escravo; apurar conflitos agrários e fundiários; combater os crimes contra a previdência social, contra os direitos humanos, contra as comunidades indígenas e outros crimes contra bens, serviços e interesses da União, atuando de forma integrada com todas as áreas do Departamento e com os demais órgãos afins. Executar as medidas assecuratórias da incolumidade física de Representantes dos Poderes da República, Autoridades Brasileiras e Estrangeiras em visita ao Território Nacional. Fiscalizar e controlar as empresas de segurança privada em todo o país.
Descrição	Desenvolvimento de atividades de inteligência; mapeamento e ocupação de áreas; processamento de informações; execução de investigações, perícias, interrogatórios, acareações, reconstituições e de outras ações relevantes à elucidação de crimes; custeio de despesas com o deslocamento de agentes; aquisição de equipamentos de uso policial; dentre outros. Planejamento, coordenação e execução de operações e atividades voltadas para a garantia da integridade física de representantes dos Poderes da República, autoridades brasileiras e estrangeiras em visita ao Território Nacional. Concepção e implantação de um conjunto de iniciativas para o fortalecimento do controle de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional. Realizar operações de fiscalização voltadas para a implementação de um efetivo controle das atividades relacionadas à fabricação, importação, exportação, registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Claudio Ferreira Gomes
Unidades executoras	200387
Produto (unidade de medida)	Operação realizada (UNIDADE)

Fonte: SIGPLAN

		Item de Informação			
AÇÃO		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Desp Executada por Insc. em RP Não-Proc
2726	**PREVENCAO E REPRESSAO A CRIMES PRATICADOS CONTRA BENS, SERVICOS E INTERESSES DA UNIAO**	**3.007.248,75**	**2.989.678,45**	**2.989.678,45**	**17.570,30**

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Considerações

No exercício de 2009 do total da despesa empenhada nesta Ação apenas 0,58% não foi pago, tendo sido inscrito em restos a pagar.

2.3.1.1.6 – Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Quadro 7 - Dados Gerais da Ação 4572

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Laura Vilella Rosa Tacca
Unidades executoras	200387
Produto (unidade de medida)	Servidor Capacitado (UNIDADE)

Fonte: SIGPLAN

		Item de Informação			
AÇÃO		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Desp Executada por Insc. em RP Não-Proc
4572	**CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICACAO E REQUALIFICACAO**	**20.260,00**	**19.480,00**	**19.480,00**	**780,00**

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Considerações

O valor empenhado em 2009 (R$ 20.260,00) nesta Ação ainda é insignificante quando comparado ao valor dispendido em outras ações, entretanto demonstra o despertar da Administração quanto à necessidade de capacitação de seus servidores.

2.3.1.2 – Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal

O Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal tem por objetivo reestruturar o DPF, proporcionando condições operacionais para o exercício de suas atribuições constitucionais, conforme detalhado em quadro abaixo, devendo-se observar que as Ações especificadas se referem apenas àquelas executadas por esta Superintendência.

Quadro 8 - Dados do Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal e suas Ações

Tipo de programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo Geral	Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça

Objetivos Específicos		Aprimorar a estrutura e os modelos operacional e gerencial, bem como a capacidade executiva do policiamento federal.
Gerente de Programa		Rogério Augusto Viana Galloro
Responsável pelo Programa na UJ		Manoel Fernando Abbadi
Indicador(es) para avaliação do programa		Não há indicador
Público-alvo (beneficiários)		Departamento de Polícia Federal
Código	**Tipo**[2]	**Descrição da Ação**
8979	A	Reforma e Modernização das Unidades do Departamento de Polícia Federal

Fonte: SIGPLAN

PROGRAMA		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Desp Executada por Insc. em RP Não-Proc
1353	**Modernização da Polícia Federal**	**367.674,51**	**303.785,00**	**303.785,00**	**63.889,51**

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Considerações:

A SR/DPF/PA no exercício de 2009 apresentou o valor empenhado de R$ 367.674,51, dos quais foram pagos R$ 303.785,00 (82,62%), ficando R$ 63.889,51 (17,38%) inscritos em restos a pagar. Os valores deste Programa (1353) correspondem apenas a Ação de Reforma e Modernização das Unidades do Departamento de Polícia Federal – Código 8979.

2.3.1.2.1 – Ação 8979 - Reforma e Modernização das Unidades do Departamento de Polícia Federal

Quadro 9 - Dados Gerais da Ação 8979

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Reformar e restaurar as instalações do Departamento de Polícia Federal, visando a melhoria da organização e do desenvolvimento das atividades, a redução de custos operacionais e o atendimento às crescentes demandas da sociedade em relação a segurança pública.
Descrição	Atendimento à crescente demanda de espaço físico adequado à formação e atuação dos servidores do Departamento de Polícia Federal, realizando obras de reforma e modernização nas bases operacionais, na Academia Nacional de Polícia e nas demais unidades do Departamento de Polícia Federal, contemplando: serviços preliminares, movimentos de terra, fundações, infra-estrutura, superestrutura, vedações, esquadrias, coberturas, instalações hidro-sanitárias, elétricas e de telecomunicações e informática, revestimentos e pavimentações (pisos, paredes e forros), vidros, pinturas, elevadores e serviços complementares.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal – FUNAPOL
Coordenador nacional da ação	Renato José Lazary da Fonseca
Unidades executoras	200387
Produto (unidade de medida)	unidade reformada (% de execução física)

Fonte: SIGPLAN

[2] Tipo de Ação: P – Projeto; A – Atividade; OP – Operação Especial

AÇÃO		Item de Informação			
		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Desp Executada por Insc. em RP Não-Proc
8979	**REFORMA E MODERNIZACAO DAS UNIDADES DO DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL**	**367.674,51**	**303.785,00**	**303.785,00**	**63.889,51**

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Considerações:

Em 2009 a Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Pará, executou na ação referente às adequações e reformas construção de Unidades do DPF, com a adequação e reforma das Delegacias de Polícia Federal nas cidades de Marabá e Redenção, obras executadas durante todo o exercício de 2009 e reforma da Delegacia de Polícia Federal na cidade de Santarém iniciada em 2009, com previsão de conclusão durante o ano de 2010. Os valores empenhados nesta Ação importam no tal de R$ 367.674,51, sendo que 82,62% (303.785,00) foram pagos e 17,38% (63.889,51) inscritos em restos a pagar.

2.3.1.3 – Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI

O Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, de responsabilidade do Ministério da Justiça, conta com a participação da Polícia Federal na execução da Ação 8375 - Campanha de Desarmamento.

A única ação desenvolvida por esta Superintendência Regional dentro do programa em tela é a Ação 8375 - Campanha de Desarmamento, a qual engloba a totalidade dos gastos informados abaixo.

Quadro 10 - Dados do Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo Geral	Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça
Objetivos Específicos	Enfrentar a criminalidade e a violência, nas suas raízes sociais e culturais e reduzir de forma significativa seus altos índices em territórios de descoesão social.
Gerente de Programa	Ronaldo Teixeira da Silva
Responsável pelo Programa na UJ	Manoel Fernando Abbadi
Indicador(es) para avaliação do programa	Taxa de Homicídios (1/100.000 habitantes)
Público-alvo (beneficiários)	Adolescentes e jovens vítimas da violência, em situação de risco social ou em conflito com a lei, e suas famílias; operadores de segurança pública e as comunidades residentes nos territórios de descoesão social.

Fonte: SIGPLAN

PROGRAMA		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Desp Executada por Insc. em RP Não-Proc
1453	**Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI**	**65.201,14**	**19.494,14**	**19.494,14**	**45.707,00**

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Considerações:

Nesta SR/DPF/PA, no exercício de 2009 foi empenhado o valor de R$ 65.201,14, dos quais foram pagos R$ 29,90% (303.785,00), ficando R$ 70,00% (45.707,00) inscritos em restos a pagar. Os valores deste Programa (1453) corresponde apenas a Ação 8375 - Campanha de Desarmamento.

2.3.1.3.1 – Ação 8375 - Campanha de Desarmamento

Quadro 11 - Dados Gerais da Ação 8375

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Promover a campanha nacional de desarmamento e o pagamento de indenização pela entrega de armas de fogo.
Descrição	Realização de Campanha Nacional de Desarmamento, publicação de material informativo nas diversas mídias; recepção, acondicionamento, destino e pagamento de indenizações pela entrega de arma de fogo. Aperfeiçoamento do sistema de controle de armas e munições, a partir da contratação de empresas especializadas no desenvolvimento de soluções tecnológicas.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Justiça
Coordenador nacional da ação	Cristina Gross Villanova
Unidades executoras	200386
Produto (unidade de medida)	Indenização paga (unidade)

Fonte: SIGPLAN

		Item de Informação			
AÇÃO		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Desp Executada por Insc. em RP Não-Proc
8375	**CAMPANHA DO DESARMAMENTO**	**65.201,14**	**19.494,14**	**19.494,14**	**45.707,00**

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Considerações

O Departamento de Polícia Federal, em todos os Estados da Federação, é o executor da Campanha do Desarmamento, que consiste na entrega de arma de fogo mediante indenização, que inclusive passou a ter caráter permanente. Esta ação visa precipuamente ao pagamento das referidas indenizações, mas também tem o objetivo de fomentar de outras formas a ação, tendo servido como fundo inclusive para a Campanha de Regularização realizada em 2009.

No Estado do Pará, a Polícia Federal pagou 194 indenizações. Foram arrecadadas 194 armas de fogo e todas encaminhadas ao Exército Brasileiro para destruição, tendo sido adotadas iniciativas de interiorização das Campanhas.

2.3.1.4 – Programa 0750 - Apoio Administrativo

O Programa 0750 – Apoio Administrativo é um programa padronizado referente ao custeio da máquina estatal. Tem por objetivo intensificar as ações de apoio administrativo aos trabalhos operacionais da Polícia Federal. Consiste no aprimoramento da gestão, visando alcançar maior eficiência e eficácia no cumprimento das missões constitucionais do Departamento de Polícia Federal.

No exercício de 2009 esta Superintendência Regional apresentou duas ações desenvolvidas dentro deste Programa 0750, sendo que a Ação 2000 - Administração da Unidade comportou quase a totalidade dos valores empenhados (99,92%), sendo empenhados na Ação 2003 - Ações de Informática, o valor restante de R$ 6.300,00.

Quadro 12 - Dados do Programa 0750 – Apoio Administrativo

Tipo de programa		Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo Geral		Não informado
Objetivos Específicos		Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos
Gerente de Programa		Não informado
Responsável pelo Programa		Manoel Fernando Abbadi
Indicadores para avaliação do programa		Este Programa não possui indicadores.
Público-alvo (beneficiários)		Governo
Código	**Tipo**[3]	**Descrição da Ação**
2000	A	Administração da Unidade
2003	A	Ações de Informática

Fonte: SIGPLAN

Os valores executados neste Programa são os constantes do quadro abaixo:

PROGRAMA		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Desp Executada por Insc. em RP Não-Proc
0750	**Apoio Administrativo**	**7.544.271,07**	**7.123.046,75**	**7.121.226,75**	**421.224,32**

Fonte: SIAFI GERENCIAL

2.3.1.4.1 – Ação 2000 - Administração da Unidade

Quadro 13 - Dados Gerais da Ação 2000

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	A atividade padronizada "Administração da Unidade" substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 -

[3] Tipo de Ação: P – Projeto; A – Atividade; OP – Operação Especial

	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis. Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Não há coordenador vinculado
Unidades executoras	200386
Produto (unidade de medida)	Não há produto para esta Ação

Fonte: SIGPLAN

		Item de Informação			
AÇÃO		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Desp Executada por Insc. em RP Não-Proc
2000	**ADMINISTRACAO DA UNIDADE**	**7.537.971,07**	**7.118.546,75**	**7.116.726,75**	**419.424,32**

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Considerações

A execução da Ação 2000 é fator impactante no desempenho operacional da Polícia Federal, uma vez que financia as despesas das atividades-meio necessárias à gestão e administração da Unidade, como por exemplo: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular da PF; manutenção e conservação de imóveis próprios ou alugados da Superintendência e suas Delegacias; pagamento de diárias e passagens; e outras.

Do valor empenhado em 2009 (7.537.971,07), foi pago 94,11%, sendo lançado em restos apagar o valor de R$ 419.424,32 (8,89%).

2.3.1.4.2 – Ação 2003 - Ações de Informática

Quadro 14 - Dados Gerais da Ação 2003

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Proporcionar recursos relacionados à área de informática que contribuam para manutenção e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pela Administração Pública Federal.
Descrição	Despesas relacionadas com informática, como apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; serviços de atendimento e manutenção na área de informática; desenvolvimento de aplicações na área de informática; manutenção de equipamentos de informática; contratação de serviços de qualquer natureza na área de informática (consultoria, infra-estrutura e serviços); locação e aquisição de equipamentos de informática; aquisição de materiais de consumo na área de informática e softwares.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Não há coordenador vinculado
Unidades executoras	200386
Produto (unidade de medida)	Não há produto para esta Ação

Fonte: SIGPLAN

		Item de Informação			
AÇÃO		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Desp Executada por Insc. em RP Não-Proc
2003	**AÇÕES DE INFORMÁTICA**	**6.300,00**	**4.500,00**	**4.500,00**	**1.800,00**

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Considerações

Em 2009 foi empenhado o valor de R$ 6.300,00, tendo sido pago R$ 4.500,00 sendo a diferença lançada em restos a pagar.

Esta ação correspondeu à capacitação de servidores do Núcleo de Informática – NTI/SR/DPF/PA.

2.4 – Desempenho Operacional

2.4.1 – Evolução das despesas

2.4.1.1 - Despesas por Modalidade de Contratação

Quadro 15 - Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	Exercícios			
	2008	2009	2008	2009
Licitação	***5.689.727,10***	***6.326.114,95***	***4.953.871,98***	***5.523.208,21***
Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
Tomada de Preços	244.167,59	597.356,49	175.507,59	567.356,49
Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
Pregão	5.445.559,51	5.728.758,46	4.778.364,39	4.955.851,72
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas	***3.317.988,58***	***2.092.669,19***	***2.425.838,66***	***1.712.611,23***
Dispensa	3.087.437,22	1.914.784,36	2.272.219,04	1.620.163,65
Inexigibilidade	230.551,36	177.884,83	153.619,62	92.447,58
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	644.934,00	1.262.615,38	574.764,58	910.065,27
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha[1]	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Diárias	2.446.941,86	3.031.103,86	2.446.941,86	3.031.103,86
Outros				

[1] O pagamento da folha é realizado pelo Órgão Central - UG 200334. Os valores referentes à folha de pagamento desta Superintendência constarão no Relatório de Gestão do DPF.

2.4.1.2 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro 16 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 – Despesas de Pessoal	***2.450.015,54***	***3.073.641,28***	***2.450.015,54***	***2.959.242,71***	***0,00***	***114.398,57***	***2.450.015,54***	***2.959.242,71***
1º Outros Benef. Sociais	3.073,68	42.537,42	3.073,68	42.537,42	0,00	0,00	3.073,68	42.537,42
2º Diárias Pess. Civil	2.446.941,86	3.031.103,86	2.446.941,86	2.916.705,29	0,00	114.398,57	2.446.941,86	2.916.705,29
Demais elem. do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 – Juros e Encargos da Dívida	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Demais elem. do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3- Outras Despesas Correntes	***6.694.961,20***	***8.107.439,72***	***5.876.280,82***	***7.628.002,24***	***818.680,38***	***479.437,48***	***5.865.321,37***	***7.626.182,24***
1º Mat. de consumo	1.322.208,67	1.085.131,93	962.988,06	935.977,47	359.220,61	149.154,46	962.988,06	934.157,47
2º Pass. e desp. locom.	894.927,90	817.128,08	861.399,70	817.128,08	33.528,20	0,00	854.995,86	817.128,08
3º Serv. Terc. - PF	210.657,66	236.925,34	197.217,66	234.925,34	13.440,00	2.000,00	197.217,66	234.925,34
4º Loc. de mão-de-obra	1.656.339,33	2.982.858,12	1.608.930,99	2.982.858,12	47.408,34	0,00	1.608.930,99	2.982.858,12
5º Outros serv. - PJ	2.300.090,26	2.660.992,10	1.936.907,03	2.414.400,02	363.183,23	246.592,08	1.932.351,42	2.414.400,02
6º Obrig. Trib. Contrib.	29.086,75	40.900,00	29.086,75	17.427,94	0,00	23.472,06	29.086,75	17.427,94
7º Desp. Exerc. Ant.	78.796,61	37.968,52	78.796,61	36.001,52	0,00	1.967,00	78.796,61	36.001,52
8º Indeniz. e Restit.	202.854,02	245.535,63	200.954,02	189.283,75	1.900,00	56.251,88	200.954,02	189.283,75

Quadro 17 - Evolução de Gastos Gerais

Descrição	ANO		
	2007	2008	2009
PASSAGENS	**657.056,93**	**894.927,90**	**817.128,08**
DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	**2.814.979,75**	**2.446.941,86**	**3.031.103,86**
SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	**1.342.282,20**	**1.672.137,95**	**2.996.400,12**
3.1 Publicidade	6.290,00	15.798,62	13.542,00
3.2 Vigilância, Limpeza e Conservação	1.335.992,20	1.608.930,99	2.356.071,56
3.3 Tecnologia da Informação	0,00	0,00	0,00
3.4 Outras Terceirizações	0,00	47.408,34	626.786,56
CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	**0,00**	**400.912,22**	**910.065,27**
SUPRIMENTO DE FUNDOS	**121.190,17**	**574.764,58**	***
TOTAIS	**4.935.509,05**	**5.989.684,51**	**7.754.697,33**

Considerações

Alterações significativas ocorridas no exercício: Tecendo análise dos quadros anteriores, os processos licitatórios apresentam um percentual de aumento de 11,18% nos valores empenhados em comparação a 2008, em função das Tomadas de Preços de reforma e adaptação das instalações para atendimento da demanda das unidades (SETEC, Sede da Superintendência, Delegacia de Santarém) apresentada no período. Cabe registrar que a Modalidade Pregão apresenta um crescimento de 5,20% nos empenhos emitidos em relação ao ano anterior, o que demonstra o compromisso do Gestor em maximizar o uso desta modalidade para as contratações e aquisições executadas pela SR/DPF/PA, diminuindo gradativamente a utilização dos processos de Contratações Diretas, o que está configurada na redução de 36,93% nos valores empenhados nesta modalidade, comparativamente ao ano de 2008. Ressalte-se que em termos absolutos, as Contratações Diretas apresentam valor expressivo, muito em decorrência das locações de imóveis para funcionamento de algumas unidades e setores, tais como: Delegacia em Santarém, Delegacia em Redenção, Delegacia de Imigração, Setor de Recursos Humanos, Setor de Produtos Químicos, Serviço Médico e Escritório de Inteligência Policial – EIP, acrescidas das contratações dos concessionários de serviços públicos (água e esgoto e energia elétrica).

Relativo ao Suprimento de Fundos, o valor liquidado apresenta um aumento de 58,34% comparativamente ao período de 2008, assim como aumentou em 95,77% os valor empenhado. Esse aumento decorreu principalmente em função da operação policial permanente “Arco de Fogo”, de combate a crimes ambientais, desencadeada pelo órgão central, a qual na jurisdição desta SR/DPF/PA,

iniciou em fevereiro de 2008, a partir do Município de Tailândia, sendo depois transferida para os Municípios de Paragominas e Redenção. Posteriormente, esta operação fora divida em duas bases: uma em São Félix do Xingu/PA e outra em Santarém/PA. Essas bases foram mantidas com recursos decorrentes de suprimentos de fundos.

Os valores das diárias apresentam, em relação ao ano anterior, um acréscimo de 23,87% na despesa liquidada e dentre os fatores que contribuíram para este aumento foi o atendimento às solicitações de recrutamentos de servidores pelo órgão central e demais Superintendências, o constante auxílio às descentralizadas com o envio de servidores administrativos, haja vista que algumas descentralizadas possuem insuficiente quantitativo de tais servidores (Delegacia em Marabá e Santarém) e outras que não possuem nenhum servidor administrativo em sua lotação (caso de Altamira e Redenção). Somado a estes fatores, sem dúvida, também, o reajuste em torno de 106,00% no valor das diárias, a partir de 22/07/2009, contribuiu diretamente nesta variação aumentativa.

Os Serviços Terceirizados (Quadro 17 – Evolução de Gastos Gerais) aponta, comparativamente ao ano de 2008, um aumento de R$ 1.324.262,17, tendo grande peso neste valor, a contratação do serviço de vigilância, com 19 postos, dos quais 15 são de 24horas. Merece registrar que a contratação de recepcionistas para atendimento a estrangeiros (no Aeroporto e na emissão de passaportes), no âmbito da Delegacia de Imigração, contribui também para este aumento, haja vista que a contratação iniciou no final de 2008, e durante todo o ano de 2009 teve o seu valor liquidado.

Contingenciamento no exercício: O contingenciamento de crédito orçamentário foi sentido principalmente na execução da despesa de diárias, a partir do mês de agosto de 2009, com a vigência do Decreto nº 6.907 de 21 de julho de 2009 que reajustou em 106,00% os valores das diárias dos servidores, cujo valor não havia sido previsto pelo órgão central e, consequentemente, não recebeu complementação orçamentária. Já a partir do final do mês de setembro de 2009, as missões policiais passaram a ser postergadas ou não cumpridas devido à falta do recurso das diárias, ou aquelas que foram executadas, várias diárias não foram pagas, devendo ser objeto de Reconhecimento de Despesa de Exercícios Anteriores durante o ano de 2010.

Eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a execução orçamentária: É notório que o Departamento de Polícia Federal em geral e a Superintendência Regional no Pará, em particular, carece de servidores administrativos para suporte a sua atividade-fim institucional. Acrescente-se a isto, que a execução orçamentária e financeira requer servidor com perfil e compromisso para desempenho das atribuições e rotinas a ela correlatas. Logo, encontrar no atual quadro algum(uns) servidor(es) disponíveis para lotação no Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira – NEOF, não é tarefa fácil. Decorrente disto, em 2009, a execução orçamentária sofreu sérias conseqüências, haja vista que o Chefe do NEOF fora acometido de enfermidade, ficando afastado de suas funções em torno de oito (08) meses de 2009 (abril a novembro). Como as rotinas e procedimentos de execução orçamentária e financeira eram, em sua grande maioria, centralizada no servidor, vários processos e atividades sofreram atrasos na conclusão, tais como pagamento de fornecedor, baixa na prestação de contas de Suprimentos de Fundos, recolhimento dos recursos retidos de fornecedor, etc. Para amenizar a situação, foi feito recrutamento de servidor da SR/DPF/BA

e SR/DPF/AP, por um período de 60 (sessenta) dias cada, alternadamente. Ainda assim, como conseqüência principal, os processos de prestação de contas e baixa de Suprimento de Fundos ficaram paralisados e atrasados o que culminou em reiterados registros de restrições de conformidade Contábil e de Gestão no SIAFI, tendo sido normalizado com o retorno do aludido servidor.

Como ponto positivo, é salutar o procedimento, por parte da Coordenação de Orçamento e Finanças, de liberação antecipada das cotas orçamentárias, de forma trimestral, para as Unidades Gestoras, o que favorece o planejamento e controle por parte destas.

2.4.1.3 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro 18 - Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 - Investimentos	***1.541.118,35***	***409.558,89***	***319.987,66***	***334.796,88***	***1.221.130,69***	***74.762,01***	***319.987,66***	***334.796,88***
1º Obras e Instalações	44.062,68	367.674,51	44.062,68	303.785,00	0,00	63.889,51	44.062,68	303.785,00
2º Equip. e Mat. Permanente	1.497.055,67	41.884,38	275.924,98	31.011,88	1.221.130,69	10.872,50	275.924,98	31.011,88
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5 - Inversões Financeiras	**Σ**	**Σ**	**Σ**	**Σ**	**Σ**	**Σ**	**Σ**	**Σ**
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 - Amortização da Dívida	**Σ**	**Σ**	**Σ**	**Σ**	**Σ**	**Σ**	**Σ**	**Σ**
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Considerações

Alterações significativas ocorridas no exercício: Merece destacar o aumento considerável, comparativamente ao ano anterior, o item Obras e Instalações, decorrente de 04 (quatro) processos licitatórios, modalidade Tomada de Preço, para contratação da reforma do plantão e estacionamento da sede da SR/DPF/PA, reforma do Setor Técnico-Científico-SETEC, construção de uma subestação e rede lógica e de telefonia para atendimento das atuais necessidades da Delegacia de Polícia Federal em Santarém.

Contigenciamento no exercício: Não houve contingenciamento de recurso, haja vista que as solicitações feitas pela Unidade Gestora foram atendidas pelo órgão central.

2.4.1.4 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo

Quadro 19 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 0662	**Denominação:** Prevenção e Repressão à Criminalidade				
Dotação		**Despesa Empenhada**	**Despesa Liquidada**	**Restos a Pagar não processados**	**Valores Pagos**
Inicial	**Final**				
Não se Aplica[1]		3.459.387,56	3.414.071,87	45.315,69	3.414.071,87

Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	**Indicador (Unidade medida)**	**Referência[2]**			**Índice previsto no exercício**	**Índice atingido no exercício[3]**
		Data	**Índice inicial**	**Índice final**		
1	Prazo de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal (dias)	Sem inform.	Sem inform.	Sem inform.	Sem inform.	Sem inform.
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Tempo médio gasto entre a abertura e conclusão de inquéritos policiais na Polícia Federal. (Estes cálculos são realizados pela CTI, foi solicitado que seja elaborada planilha comtemplando todas as Superintendência que será divulgada na página da intranet da DLOG brevemente)						
Análise do Resultado Alcançado:						
Análise desenvolvida pelo Gestor quanto ao valor alcançado pelo indicador no exercício, discriminando as causas e conseqüências deste resultado.						
Ordem	**Indicador (Unidade medida)**	**Referência**			**Índice previsto no exercício**	**Índice atingido no exercício**
		Data	**Índice inicial**	**Índice final**		
2	Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal (PERCENTAGEM)	31/12/2008	0,0%	65,34%	110,0%*	**64,8%[3]**
Fórmula de Cálculo do Índice:						

Relação percentual entre o número de inquéritos policiais concluídos em todas as unidades operacionais do órgão e o total de inquéritos policiais instaurados.
Análise do Resultado Alcançado:
Análise desenvolvida pelo Gestor quanto ao valor alcançado pelo indicador no exercício, discriminando as causas e conseqüências deste resultado.

Fonte: SIGPLAN e SISCART

[1] As Superintendências operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

[2] A Referência informada é a constante no PPA, estabelecida pelo DPF considerando os números globais da Polícia Federal.

[3] O índice informado se refere apenas ao desempenho desta superintendência. Este índice é calculado pela CTI, foi solicitado que seja elaborada planilha contemplando todas as Superintendência que será divulgada na página da intranet da DLOG brevemente.

* Índice definido pelo órgão central a ser atingido até o final de 2010.

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 1353		**Denominação:** Modernização da Polícia Federal			
Dotação		**Despesa Empenhada**	**Despesa Liquidada**	**Restos a Pagar não processados**	**Valores Pagos**
Inicial	**Final**				
Não se Aplica[1]		367.674,51	303.785,00	63.889,51	303.785,00

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 1453		**Denominação:** Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI			
Dotação		**Despesa Empenhada**	**Despesa Liquidada**	**Restos a Pagar não processados**	**Valores Pagos**
Inicial	**Final**				
Não se Aplica[1]		65.201,14	19.494,14	45.707,00	19.494,14

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 0750		**Denominação:** Apoio Administrativo			
Dotação		**Despesa Empenhada**	**Despesa Liquidada**	**Restos a Pagar não processados**	**Valores Pagos**
Inicial	**Final**				
Não se Aplica[1]		7.544.271,07	7.123.046,75	421.224,32	7.121.226,75

Considerações

A SR/DPF/PA concentrou, no ano de 2009, a execução financeira em praticamente dois programas: Prevenção e Repressão à Criminalidade e Apoio Administrativo, os quais conjuntamente respondem por mais de 96,21% das despesas empenhadas. O primeiro diz respeito à atividade finalística desta Unidade Jurisdicionada. Já o segundo contempla os gastos relacionados à atividade de

apoio, englobando as despesas com contratos de terceirizados (vigilância, limpeza e conservação, recepcionistas, telefonistas, copeiras), serviços de serviços de concessionários públicos (água, luz, telefone, correios, Infraero, imprensa nacional), locação de imóveis e locação de copiadoras.

2.4.1.5 - Execução Física e Financeira das ações realizadas pela Unidade

Quadro 20 – Execução física e financeira das ações realizadas pela Unidade

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo[1]	Prio[2]	Unidade Medida	Meta Física [3]			Meta Financeira		
							Prev.	Real.	Para 2010	Prev.	Real	Para 2010
06 – Seg. Pública	122 – Adm. Geral	0750	2000	A	3	Inexist.	NA	NA	NA	NA	7.537.971,07	NA
	125 – Normat e Fiscalização	0662	2679	A	3	Inexist.	NA	NA	NA	NA	201.665,17	NA
	126 – Tec. da Informação	0750	2003	A	3	Inexist.	NA	NA	NA	NA	6.300,00	NA
	128 – Form. de Rec. Hum.	0662	4572	A	3	Servid. Capacit.	NA	NA	NA	NA	20.260,00	NA
	181 - Policiamento	0662	2726	A	3	Operação realizada	NA	NA	NA	NA	3.007.248,75	NA
	181 - Policiamento	1353	8979	P	3	Operação realizada	NA	NA	NA	NA	367.674,51	NA
	183 - Informação e Inteligência	0662	2720	A	3	Operação realizada	NA	NA	NA	NA	230.213,64	NA
	422 – Direit. Indiv., Colet. e Difusos	1453	8375	A	3	Indeniz. Paga	NA	NA	NA	NA	65.201,14	NA

Fonte: SIAFI

[1] Tipo da Ação: P – Projeto; A – Atividade e OP – Operação Especial

[2] Prioridade: 1 – Ação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) exceto PPI, 2 – Ação do PPI (Projeto Piloto de Investimento, 3 – Demais ações prioritárias, 4 – Ação não prioritária;

[3] O campo preenchido como "NA" – Não se Aplica está seguindo a orientação da CGU para o caso da UJ operar apenas como executora da ação. As metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA e constante no SIGPLAN se referem a todo DPF.

Considerações

A única e principal função de execução financeira utilizada pela SR/DPF/PA, em 2009, foi a de Segurança Pública, que importou no valor total de R$ 11.436.534,28. Deste total, 95,42% correspondem às subfunções 122 (Administração Geral) e 181 (Policiamento). Os valores relacionados à capacitação de servidores, em 2009, apresenta-se irrisório frente às demais subfunções. No entanto, a perspectiva para o período seguinte é que haja uma maior aplicação de recursos, haja vista a preocupação da administração central quanto à constante e indispensável atualização de conhecimentos de todos os servidores em geral, e em particular daqueles lotados na área de administração e logística.

2.4.2 – Indicadores de desempenho

Esta é uma grande preocupação da administração do órgão central e para tanto, em 2009, foi contratada a Fundação Getúlio Vargas para estudo e criação de indicadores de desempenho para todo o Departamento de Polícia Federal, incluídas todas as Superintendências Regionais. Não obstante, ainda não foram apresentados tais indicadores, ficando desta forma, todas as unidades do Departamento de Polícia Federal, impossibilitadas de apresentar tais indicadores.

2.4.3 – Análise do desempenho

Decorrentes das operações policiais deflagradas foram desmanteladas três quadrilhas de tráfico de entorpecentes: uma em que remetia constantemente drogas da cidade de Santarém/PA para ser distribuída em Altamira/PA e demais Municípios circunscritos; outra, na qual estavam envolvidos policias civis do Estado do Pará (01 Delegado e 05 Inspetores) e a última foi desmantelada em conjunto com a Polícia Rodoviária Federal, tendo sido expedidos, pela Justiça Estadual, trinta e três (33) mandados de prisão, dos quais trinta e dois (32) foram cumpridos. Ainda há de se registrar a desarticulação de uma quadrilha de biopirataria (tráfico de animais silvestres - peixes ornamentais amazônicos) ramificada nos Estados do Pará, Amazonas Rio de Janeiro e São Paulo, que fazia remessa para os Estados Unidos, Europa e Ásia, tendo sido cumpridos 08 (oito) mandados de prisão, busca e apreensão.

Merece registro também, a prisão de dois nacionais (em flagrante) por fraude ao Programa do Governo Federal “BOLSA FAMÍLIA”, sendo um deles funcionário da Caixa Econômica Federal e a prisão em flagrante de seis (06) traficantes, sendo quatro (04) traficantes internacionais de drogas e armas, no município de Vitória do Xingu/PA, com a apreensão de aproximadamente 95kg de cocaína, armas e munições.

Cabe frisar que outras unidades que compõem a SR/DPF/PA ainda estão finalizando os números e informações operacionais desenvolvidas em 2009.

3 - Recursos Humanos

Quadro 21 - Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação em 31/12/2009

Composição do Quadro de Recursos Humanos Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	**Lotação Efetiva**	**Lotação Autorizada**	**Lotação Ideal**
Estatutários	761	07	**Não há informação[1]**
Próprios	760	06	
Requisitados	01	01	
Celetistas	--	--	
Cargos de livre provimento	Σ	Σ	
Estatutários	--	--	
Não Estatutários	--	--	
Terceirizados	--	--	
Total	761	07	

Fonte: **SRH/SR/PA**

[1] - O Departamento de Polícia Federal não possui levantamento quanto ao quantitativo ideal de servidores para os seus quadros.

Quadro 22 - Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009

QUADRO PRÓPRIO						
TIPOLOGIA	**Qtd.**	**Vencimentos e vantagens fixas**	**Retribuições**	**Gratificações**	**Adicionais**	**Indenizações**
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007	376	36.096.942,15	-------	4.928.537,29	810.984,46	693.585,40
2008	420	46.942.325,02	-------	6.240.808,53	969.086,26	738.118,04
2009	760	52.747.757,83	-------	1.520.778,14	1.799.013,38	726.052,18
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007	--	-------	-------	-------	-------	-------
2008	--	-------	-------	-------	-------	-------
2009	--	-------	-------	-------	-------	-------
Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)						
2007	-------	-------	-------	-------	-------	-------
2008	-------	-------	-------	-------	-------	-------
2009	-------	-------	-------	-------	-------	-------
Requisitados com ônus para a UJ						
2007	-------	-------	-------	-------	-------	-------

2008	-------	-------	-------	-------	-------	-------
2009	-------	-------	-------	-------	-------	-------
Requisitados sem ônus para a UJ						
2007	-------	-------	-------	-------	-------	-------
2008	-------	-------	-------	-------	-------	-------
2009	01	-------	-------	-------	-------	-------

QUADRO TERCEIRIZADO								
Finalidade	**Conservação e Vigilância**		**Apoio Administrativo**		**Atividades de Área-fim**		**Estagiários**	
	Qtd.	**Custo**	**Qtd.**	**Custo**	**Qtd.**	**Custo**	**Qtd.**	**Custo**
2007	72	1.335.992,20	00	0,00	00	0,00	50	113.719,34
2008	75	1.608.930,99	32	47.408,34	00	0,00	35	176.866,79
2009	81	2.356.071,56	39	626.786,56	00	0,00	39	234.783,20

Fonte: **SRH/SR/DPF/PA**

Considerações

O Departamento de Polícia Federal, órgão ligado ao Ministério da Justiça, é parte integrante dos órgãos de segurança pública do país, tendo como atividade fundamental, a proteção às garantias constitucionais. Seu quadro funcional é composto de servidores policias para o desenvolvimento de sua atividade fim e servidores administrativos, desenvolvendo atividades de apoio, ou seja colaborando para o resultado final.

O quadro funcional desta SR/DPF/PA, ainda demonstra deficiência em seu quantitativo tanto na área policial (atividade fim) quanto na área administrativa (atividade meio), este último apresentando uma defasagem de aproximadamente 100 servidores. Caso haja concurso para a área administrativa, esses 100 servidores irão desafogar o grande acúmulo de serviços que os setores da Polícia Federal no Estado do Pará apresentam, bem como liberar os policias que atuam na área meio para suas atividades finalísticas.

Com relação à avaliação de indicadores gerenciais sobre recursos humanos, vale observar que o Departamento de Polícia Federal não possui tais indicadores, por isto não foi possível tecer a avaliação correlacionada.

4 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

– não ocorreu no período –

5 – Informações sobre Restos a Pagar - 2009

Quadro 23 - Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2009

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	**Inscritos**	**Cancelados**	**Pagos**	**A Pagar**
2008	285.811,07	35.522,32	90,98	62.378,08
2007	536.215,63	5.621,82	----	8.044,44
...	---------	---------	----	-------
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	**Inscritos**	**Cancelados**	**Pagos**	**A Pagar**
2008	2.584.071,14	69.209,96	412.672,03	------
2007	970.483,04	32.959,49	386.107,38	-------
...	---------	---------	----	-------

Observações:

(Relação de atos legais que autorizaram o pagamento no exercício de 2009 de RP Processados e Não-Processados inscritos até 2007).

Fonte: SIAFI Gerencial

Considerações

Não houve uma estratégia, por parte desta Superintendência, quanto ao pagamento de restos a pagar no exercício, haja vista que a liberação de recurso é definida pelo órgão central, sendo que todos os valores liberados foram utilizados e acrescente-se que estes valores não causaram impacto na gestão financeira desta Unidade Jurisdicionada em 2009. Os valores existentes a mais de um exercício financeiro são de 2008 e permaneceram devido ao pedido de fornecedores quanto à prorrogação de prazo para entrega de materiais e equipamentos. Tais valores de 2008 serão cancelados em 2010.

6 - Transferências de Recursos Mediante Convênio, Acordo, Ajuste, Termo de Parceria ou Outros Instrumentos Congêneres

– não se aplica –

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Pará não realiza transferência de recursos mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, tal atribuição é privativa do Órgão Central do Departamento de Polícia Federal.

7 – Previdência Complementar Patrocinada

- Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ -

8 – Fluxo Financeiro de Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos

– não se aplica –

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Pará não firma Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos, tal atribuição é exclusiva do Órgão Central do Departamento de Polícia Federal.

9 – Renúncia Tributária

- Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ -

10 – Operações de Fundo

- Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ -

11 – Determinações dos Órgãos de Controle

11.1 – Recomendações da CGU

Esta Unidade Jurisdicionada não recebeu recomendações propostas pela CGU em 2009.

Quadro 24 – Relação das Recomendações da CGU e suas Providências

Nº Relatório	Item do Relatório	Setor Responsável pela Implementação
Descrição da Recomendação:		
Providências adotadas:		

11.2 - Determinações e Recomendações do TCU

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Pará recebeu 05 (cinco) determinações do Tribunal de Contas da União, referente à **Tomada de Contas Simplificada – Exercício 2007**, conforme detalhado no quadro abaixo.

Quadro 25 - Relatório de cumprimento das deliberações do TCU - Tomada de Contas Simplificada – Exercício 2007

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					**Código SIORG**
Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Pará – SR/DPF/PA					001146
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
	TC-017.302/2008-2	6890/2009 – TCU – 1ª Câmara	1.5.1	Determinação	Ofício nº 2881/2009
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					**Código SIORG**
Departamento de Polícia Federal/SR/DPF/PA					001146
Descrição da Deliberação:					
"proceda à elaboração de indicadores de desempenho operacional capazes de refletir os resultados alcançados (art. 13,incisos II, da IN/TCU nº 57/2008;"					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					**Código SIORG**
SR/DPF/PA					001146
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Solicitada ajuda ao órgão central (DLOG/DPF) no que diz respeito aos indicadores de gestão e de desempenho operacional.					
Síntese dos resultados obtidos					
O órgão central ainda não dispõem de tais indicadores, mas já contratou a Fundação Getúlio Vargas visando a obtenção dos mesmos.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Como se trata de indicadores que atendem não só esta Unidade Jurisdicionada, mas o Departamento de Polícia Federal como um todo, há o interesse direto do órgão central.					

Quadro 26 - Relatório de cumprimento das deliberações do TCU - Tomada de Contas Simplificada – Exercício 2007

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					**Código SIORG**
Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Pará – SR/DPF/PA					001146
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
	TC-017.302/2008-2	6890/2009 – TCU – 1ª Câmara	1.5.2	Determinação	Ofício nº 2881/2009
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					**Código SIORG**
Departamento de Polícia Federal/SR/DPF/PA					001146
Descrição da Deliberação:					
"formalize os respectivos processos nas próximas aquisições diretas com dispensa de licitação, de acordo com os arts. 4º, parágrafo único, 7º, 26, parágrafo único , e 38 da Lei nº 8.666/1993 c/c art. 50, da Lei nº 9.784/1999, bem como os arts. 7º e 38, da Lei nº 8.666/1993;"					

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	**Código SIORG**
SR/DPF/PA	001146
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:	
Determinado à CPL e ao Setor de Compras que procedam conforme determinado.	
Síntese dos resultados obtidos	
Os novos processos já estão atendendo às determinações.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Esta administração alterou a composição da Comissão Permanente de Licitação – CPL e os novos integrantes compreenderam e estão seguindo as determinações recebidas. Acrescente-se que relacionada a isto, todos os integrantes da CPL estão em constante capacitação e atualização dos conhecimentos relacionados aos processos licitatórios.	

Quadro 27 - Relatório de cumprimento das deliberações do TCU - Tomada de Contas Simplificada – Exercício 2007

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					**Código SIORG**
Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Pará – SR/DPF/PA					001146
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
	TC-017.302/2008-2	6890/2009 – TCU – 1ª Câmara	1.5.3	Determinação	Ofício nº 2881/2009
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					**Código SIORG**
Departamento de Polícia Federal/SR/DPF/PA					001146
Descrição da Deliberação:					
"abstenha-se de dispensar a realização do devido processo licitatório para a aquisição de bens e serviços cujos valores excedam o limite previsto no art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/1993;"					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					**Código SIORG**
SR/DPF/PA					001146
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Determinado à CPL e ao Setor de Compras que procedam conforme determinado.					
Síntese dos resultados obtidos					
Os novos processos já estão atendendo às determinações.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Esta administração alterou a composição da Comissão Permanente de Licitação – CPL e os novos integrantes compreenderam e estão seguindo as determinações recebidas. Acrescente-se que relacionada a isto, todos os integrantes da CPL estão em constante capacitação e atualização dos conhecimentos relacionados aos processos licitatórios.					

Quadro 28 - Relatório de cumprimento das deliberações do TCU - Tomada de Contas Simplificada – Exercício 2007

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					**Código SIORG**
Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Pará – SR/DPF/PA					001146
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação**

					Expedida
	TC-017.302/2008-2	6890/2009 – TCU – 1ª Câmara	1.5.4	Determinação	Ofício nº 2881/2009
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					**Código SIORG**
Departamento de Polícia Federal/SR/DPF/PA					001146
Descrição da Deliberação:					
"adote providências para que, nas concessões de suprimentos de fundos, seja utilizado o Cartão de Pagamentos do Governo Federal – CGPF, observando o disposto no Decreto nº 5.355/2005 e alterações posteriores;"					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					**Código SIORG**
SR/DPF/PA					001146
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Determinado ao Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira – NEOF, que observe e atenda a determinação recebida.					
Síntese dos resultados obtidos					
Todos os Suprimentos de Fundos desde 2008 foram concedidos utilizando o Cartão de Pagamentos do Governo Federal – CGPF.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A normatização criada pelo órgão central para concessão, aplicação e comprovação de Suprimentos de Fundos contribuiu positivamente na adoção das recomendações recebidas.					

Quadro 29 - Relatório de cumprimento das deliberações do TCU - Tomada de Contas Simplificada – Exercício 2007

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					**Código SIORG**
Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Pará – SR/DPF/PA					001146
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
	TC-017.302/2008-2	6890/2009 – TCU – 1ª Câmara	1.5.5	Determinação	Ofício nº 2881/2009
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					**Código SIORG**
Departamento de Polícia Federal/SR/DPF/PA					001146
Descrição da Deliberação:					
"quando da realização de despesa de contratação de serviços prestados por pessoas físicas, efetue a retenção do INSS e ISS, por meio de suprimentos de fundos."					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					**Código SIORG**
SR/DPF/PA					001146
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Determinado ao Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira – NEOF, que observe e atenda a determinação recebida, orientando os supridos a fazerem a retenção obrigatoriamente quando da prestação de serviços por pessoas físicas.					
Síntese dos resultados obtidos					
Desde 2008, quando da implementação do Cartão de Pagamentos do Governo Federal – CPGF, todas as prestações de serviços de pessoas físicas tiveram os respectivos valores de INSS e ISS retidos.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A nova Instrução Normativa (IN nº 11/2009-DG/DPF) que regulamenta a concessão, aplicação e comprovação de Suprimentos de Fundos contribuiu satisfatoriamente na adoção dos procedimentos para atendimento das recomendações recebidas.					

12 – Atos de Admissão, Desligamento, Concessão de Aposentadoria e Pensão Praticados em 2009

Quadro 30 – Atos de Admissão, Desligamentos, Concessão de Aposentadoria e Pensão Praticados em 2009

ATOS	QUANTIDADE	REGISTRADOS NO SISAC Quantidade
Admissão	66	-
Desligamento	77	-
Aposentadoria	02	-
Pensão	05	-

Há de se destacar que foram consideradas apenas as pensões civis instituídas por ex-servidores que se encontravam vinculados a esta UPAG (828) e ressalte-se que o controle efetuado sobre o cadastro de pensionistas (inclusão de pensões no sistema SIAPE, alterações de dados cadastrais, dentre outros procedimentos relativos à pensão) é centralizado no Serviço de Aposentadoria e Pensões (SEAP), vinculado à Unidade Central do DPF.

O Setor de Recursos Humanos (SRH/SR/DPF/PA) não efetua qualquer registro no que diz respeito ao sistema SISAC. Todos os atos citados acima são cadastrados por setores da Sede do Departamento de Polícia Federal, sendo aqueles relacionados às aposentadorias e pensões atualizados pelo SEAP (Serviço de Aposentadoria e Pensões), e aqueles relacionados às admissões e desligamentos atualizados pelo SECAD (Serviço de Cadastro). Para a obtenção de informações sobre a quantidade de atos referentes a 2009 registrados no sistema SISAC, é necessário que se proceda a uma consulta junto aos referidos setores da Unidade Central.

13 – Declaração da área responsável pelos Contratos e Convênios

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
M.J-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO PARÁ

DECLARAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PELA ÁREA DE CONTRATOS	
DECLARAÇÃO	
Denominação completa (UJ):	**Código das UGs:**
Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Pará	200386 e 200387

Declaramos que as informações referentes a contratos celebrados pela Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Pará estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, de acordo com o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.

Com relação ao Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, esta Superintendência não firma convênios, contrato de repasse, termo de parceria ou outros instrumento congênere. Tal atribuição é privativa do Órgão Central do DPF.

Estamos cientes das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	**Belém (PA)**	**Data**	**10 de março de 2010**
Responsável (1)	**DENIS ARAGÃO DE ARAGÃO**	**Matrícula nº**	**15.182**
Assinatura			
Responsável (2)	**AILEN BRENDA BARROS PINHEIRO**	**Matrícula nº**	**12.623**
Assinatura			

14 – Outras Considerações

No mês de novembro de 2009 foi destinado pela GRPU – Gerência Regional de Patrimônio da União – e recebido por esta SR/DPF/PA, um imóvel com 45.000 m² que fora utilizado pela Eletronorte, o qual servirá para futuras instalações do GEPOM – Grupo Especial de Polícia Marítima, assim como de todas as instalações necessárias ao transporte e guarda das viaturas marítimas desta Superintendência, acrescidas de outras unidades e Setores que forem necessárias e possíveis de construção.

No âmbito do SELOG – Setor de Administração e Logística Policial, foi desenvolvido e implementado o Sistema de Pedido de Material on line, objetivando agilizar e dinamizar o atendimento das requisições junto ao Núcleo Administrativo – NAD, contribuindo para a economia e redução no fluxo de utilização de papel.

Também em 2009 iniciou-se o desenvolvimento de um novo sistema de controle e utilização de viaturas oficiais e de veículos apreendidos com uso mediante autorização judicial, cuja finalização e implementação deverá ocorrer durante o ano de 2010.

MANOEL FERNANDO ABBADI
Delegado de Polícia Federal
Superintendente Regional no Pará

JOSÉ WILSON RAMOS
Delegado de Polícia Federal
Chefe do Setor de Administração e Logística Policial

15 – Declaração do Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
M.J-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SERVIÇO DE CONTABILIDADE

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
DECLARAÇÃO COM RESSALVA	
Denominação completa (UJ):	**Código da UG:**
SUPERINTENDENCIA REG. DEP. POLICIA FEDERAL- PA	200386 - 200387

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, **EXCETO** no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI.

Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:

- a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;
- o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI; e
- a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local: Brasília/DF	**Data: 18/02/2010**
Contador Responsável: **GLADSTON GUIMARÃES NAVES**	**CRC nº DF-12534/O-8**